



Associações querem frear aumento dos planos de saúde

Campanha buscará assinaturas para exigir limites em reajustes

DA REDAÇÃO

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) iniciaram uma ofensiva contra aumentos abusivos em planos de saúde brasileiros.

Trata-se do tema da campanha *Mais Saúde, Menos Aumento: por Reajustes Menos Abusivos nos Planos de Saúde Coletivos*. Ela vai colher assinaturas de cidadãos que já se sentiram lesados, para exigir do Governo uma regulamentação que limite aumentos e proíba as operadoras de cancelarem o plano sem o consentimento do usuário.

De acordo com a Proteste, o cliente que contrata um plano de saúde coletivo no Brasil corre sérios riscos de ter direitos violados. Enquanto os planos individuais são regulamentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e têm reajustes limitados — em 2017, foi de até 13,55% —, os contratos coletivos não sofrem qualquer regulação. No ano passado, subiram até 40%.

A Proteste não tem uma meta de assinaturas, mas as cadastradas na campanha serão encaminhadas à ANS. Os interessados têm até 5 de junho para participar da campanha, no endereço <http://campanhas.pro>

ABRANGÊNCIA

Segundo informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), há 681.903 contratos de planos de saúde nas nove cidades da Baixada Santista. Destes, 140.624 são planos individuais ou familiares e mais de 539 mil, coletivos.

teste.org.br/maissaudemenosaumento.

OUTRA FRENTE

A primeira iniciativa dessa cruzada foi a ação civil pública patrocinada, na semana passada, pelo Idec contra a ANS pedindo a suspensão do reajuste anual dos planos de saúde individuais e familiares para este ano e para 2019, cuja divulgação está prevista para as próximas semanas.

A ação foi baseada em um relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta distorções, abusos e falta de transparência na metodologia usada pela ANS para calcular o percentual máximo de reajuste dos planos individuais.

O Idec pediu que a agência não autorize o próximo reajuste, pois há problemas na forma como são determinados os aumentos. Caso aconteça, a revisão dos valores atingirá mais

de 9 milhões de usuários de planos individuais, número que corresponde a cerca de 20% dos consumidores.

Na ação, o instituto pediu que a Justiça Federal reconheça a ilegalidade e a abusividade dos reajustes autorizados pela ANS desde 2009. Outro pedido é que a agência não repita os erros apontados pelo tribunal.

O Idec enviará, ainda, pedido à Procuradoria-Geral da República, para que seja apurada eventual improbidade administrativa de diretores da ANS no período analisado pelo TCU.

Há 16 anos, a ANS utiliza a mesma metodologia para determinar o índice máximo de reajuste anual. A agência faz o cálculo levando em conta a média de reajustes do mercado de planos coletivos com mais de 30 beneficiários, que não são controlados pela agência.

Há anos, o Idec critica essa metodologia, por considerar a fórmula inadequada e pouco transparente, pois os aumentos dos planos coletivos são impostos pelas próprias operadoras e, geralmente, não refletem os custos reais do setor.

Segundo a ANS, deve ocorrer em junho a definição sobre o percentual de reajuste que poderá ser aplicado pelas operadoras nesse tipo de contrato para maio deste ano a abril de 2019.

Cota pode ampliar inclusão de mulher, diz BC

Estabelecer cotas para mulheres em conselhos de administração e cargos de direção é fundamental para ampliar a participação feminina no mercado de trabalho, defende Paula Tavares, advogada e especialista em gênero do Banco Mundial. Ela participou do lançamento, ontem, da quinta edição do relatório "Mulheres, Empresas e o Direito 2018", projeto do Banco Mundial. O estudo, publicado a cada dois anos, mede a diferença de gênero no tratamento jurídico. Para Tavares, a adoção de cotas contribuiria para mudar a mentalidade de empresas e da sociedade. "Faltam medidas de incentivo. Você percebe uma melhora na participação de mulheres na força de trabalho onde existem cotas para mulheres. No Brasil, as mulheres recebem 25% menos que os homens para realizar o mesmo tipo de trabalho", diz. "A legislação tem força para mudar esse quadro." Na União Europeia, por exemplo, uma proposta da Comissão Europeia quer estabelecer cota de 40% de participação de mulheres nos conselhos de administração. A eficácia das medidas ainda gera discussão. A Noruega, em 2008, passou uma lei que obrigou as empresas listadas em Bolsa a reservarem pelo menos 40% dos cargos de direção a mulheres. Estudo de uma pesquisadora da Universidade de Oslo, porém, mostrou que fixar cotas não teve efeito na representação feminina nos cargos de gestão das empresas.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/05/2018

TST reconhece vínculo para terceirizados de bancos em processos

Os ministros da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceram vínculo de emprego de funcionárias de telemarketing contratadas por bancos por meio de empresas terceirizadas. Em dois processos analisados em abril, os ministros concluíram que a terceirização foi ilícita. Cabe recurso contra as decisões. Relator dos dois processos, o ministro Maurício Godinho Delgado esclareceu em seus votos que os contratos são anteriores à reforma trabalhista e, por isso, devem ser analisados de acordo com as regras da época. A reforma trabalhista, que amplia as modalidades de contratação, entrou em vigor em novembro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/05/2018

Órgãos pedem clareza, e ANS prevê evolução

■ ■ ■ Vinte organizações estão pedindo esclarecimentos sobre a nova norma de franquia e coparticipação em planos de saúde para a ANS. A regra é avaliada pela procuradoria da agência, órgão responsável pela avaliação jurídica dos atos normativos, e a versão final do texto ainda não foi publicada.

Para os institutos de defesa dos consumidores, as mudanças são preocupantes. “Esses mecanismos podem gerar alguns cenários desastrosos como o endividamento da população que escolhe pagar um plano que diz ser mais barato, mas na realidade gera custos extras que pesam no bolso. Além disso, há também a possibilidade de pacientes optarem por não realizar procedimentos relevantes para sua saúde por razões financeiras”, afirma Ana Carolina Navarrete, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e pesquisadora em saúde.

Preocupadas com o impacto dessa norma, as organizações pedem que a ANS se manifeste

sobre os possíveis problemas que a elevação dos limites desses mecanismos pode gerar. Além disso, solicitam à agência a divulgação do texto final da proposta e a abertura de uma nova consulta pública.

“Houve menção na imprensa, por um dos diretores da agência, de inclusão de regras sobre exposição financeira, ou seja, sobre o quanto o usuário vai efetivamente pagar de mensalidade junto com a franquia ou coparticipação. Isso não estava no texto submetido à consulta pública e precisa ser discutido”, explica Ana Carolina.

Para a advogada do Idec, os planos de saúde podem ficar mais caros no próximo semestre. Caso o contrato do plano de saúde tenha coparticipação, por exemplo, o usuário pode chegar a pagar a mensalidade e 40% do valor de procedimentos de maneira geral ou 50% de internações psiquiátricas.

No caso da franquia, o consumidor poderá pagar o dobro da mensalidade até quitar o preço do serviço.

Fonte: Jornal A Tribuna – 15/05/2018

Trabalhador da construção inicia greve

Os profissionais e trabalhadores da construção civil no Estado de São Paulo estão em greve por tempo indeterminado. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP) comunicou a decisão em sua página na internet e atribuiu a medida à “intransigência” do sindicato que representa as empresas do setor, o Sinduscon-SP.

A estimativa é de que cerca de 200 obras sejam paradas. O ato envolve aproximadamente 270 mil trabalhadores”, afirma a entidade em nota. Os trabalhadores buscam reposição da inflação registrada pelo INPC ao longo de um ano até a data-base de 1º de maio (1,69%), além de aumento real de 2% dos rendimentos.

Fonte: Jornal A Tribuna